



PRODUÇÃO DE BOVINOS PARA AUTOCONSUMO EM SANTA CATARINA: RELEVÂNCIA, CARACTERÍSTICAS E DINÂMICA

CATTLE PRODUCTION FOR SELF-CONSUMPTION IN SANTA CATARINA: RELEVANCE, CHARACTERISTICS AND DYNAMICS

Alexandre Luís Giehl, Epagri/Cepa – alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Márcia Mondardo, Epagri/Cepa – mmondardo@epagri.sc.gov.br

Grupo de Trabalho (GT): GT11. Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo

A produção de bovinos para autoconsumo representa uma importante fonte de proteína animal para mais de 50 mil agricultores de Santa Catarina sendo que o abate destes animais gera um VBP de R\$ 223 milhões. Não obstante sua relevância econômica e social, o abate para consumo próprio não faz parte da maioria das estatísticas oficiais, o que invisibiliza a atividade e resulta na existência de poucos estudos sobre o tema. O presente artigo apresenta uma análise exploratória dos abates de bovinos para autoconsumo em Santa Catarina entre 2010 e 2019, buscando identificar as principais características da atividade e avaliar as mudanças ocorridas no período. Para isso, foram utilizados dados do cadastro de produtores e animais junto ao órgão de defesa agropecuária do estado. Verificou-se que, em 2010, o autoconsumo representava 17,7% do total de bovinos abatidos em Santa Catarina, índice que caiu para 13,5% em 2019. Observou-se predominância no abate de machos (52,3% em 2019), embora a participação de fêmeas tenha apresentado crescimento constante entre 2014 e 2019, fenômeno também registrado nos abates inspecionados. Quanto à idade, verificou-se uma concentração no abate de animais acima de 36 meses (38,6% em 2019), seguida por animais com 13 a 24 meses (32,0%). A mesorregião Oeste Catarinense foi responsável por 67,7% dos abates realizados em 2019, embora concentre apenas 47,4% do rebanho bovino do estado. O mês de maior concentração dos abates é dezembro, seguido por abril, coincidindo com as festas de final de ano e a Páscoa. É possível afirmar que o abate de bovinos para autoconsumo tem relevância econômica e social no meio rural catarinense, não obstante as diferenças regionais e variações ao longo do ano. Contudo, ressalta-se a necessidade de estudos complementares para aprofundar o entendimento da dinâmica dessa atividade.

Palavras-chave: bovinos; autoconsumo; agricultura familiar; carne bovina; segurança alimentar.

Abstract

The cattle production for self-consumption represents an important source of animal protein for more than 50 thousand farmers in Santa Catarina, with a VBP of R \$ 223 million. Despite its economic and social relevance, slaughter for own consumption is not part of most official statistics, which makes the activity invisible and results in the existence of few studies on the subject. This article presents an exploratory analysis of cattle slaughter for self-consumption in Santa Catarina between 2010 and 2019, seeking to identify the main characteristics of the activity and evaluate the changes that occurred in the period. For this, we used data from the register of producers and animals with the state's agricultural defense agency. In 2010, self-consumption represented 17.7% of the total number of cattle slaughtered in Santa Catarina, an index that dropped to 13.5% in 2019. There was a predominance of male slaughter (52.3 % in 2019), although the participation of females has shown constant growth between 2014 and 2019, a phenomenon also registered in the inspected slaughter. As for age, there was a concentration in the slaughter of animals over 36 months (38.6% in 2019), followed by animals aged 13 to 24 months (32.0%). The Oeste Catarinense mesoregion was responsible for 67.7% of the slaughterings carried out in 2019, although it concentrates only 47.4% of the state's cattle herd. The month with the highest concentration of slaughter is December, followed by April, coinciding with the holiday season and Easter. It is possible to state that the slaughter of cattle for self-consumption has economic and social relevance in rural Santa Catarina, despite regional differences and variations throughout the year. However, there is a need for further studies to deepen the understanding of the dynamics of this activity.

Key words: cattle; self-consumption; family farming; beef; food security.



1. Introdução

Santa Catarina destaca-se na produção agropecuária brasileira, não obstante sua reduzida área geográfica. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o estado ocupa a 9ª posição no ranking de Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) elaborado por aquela instituição (MAPA, 2020). Tal posição deve-se, principalmente, ao elevado valor agregado de algumas das principais atividades desenvolvidas no meio rural catarinense, como é o caso da produção animal, responsável por 56,77% do VBP total da agropecuária do estado em 2018 (TORESAN *et al.*, 2019).

Embora o estado seja mais conhecido pela produção de frangos e suínos, os bovinos também têm relevância na geração de receitas agropecuárias em Santa Catarina. Em 2018, o VBP do leite foi de R\$ 3,46 bilhões e o da carne bovina de R\$ 1,54 bilhão, ocupando a 3ª e a 6ª posição, respectivamente, no ranking estadual (TORESAN *et al.*, 2019).

De acordo com os dados da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), o rebanho estadual em 2019 era formado por 4,70 milhões de cabeças, distribuídas entre aproximadamente 77 mil produtores de 293 municípios catarinenses¹ (GIEHL, 2020). Nesse mesmo ano, foram abatidos 750,7 mil bovinos no estado.

Os dados mencionados anteriormente diferem daqueles levantados pelo Censo Agropecuário 2017. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os bovinos estão presentes em 132,5 mil estabelecimentos agropecuários catarinenses, 72,39% do total (IBGE, 2019). Essa diferença pode ser parcialmente explicada pelas diferenças metodológicas para obtenção dos valores por parte do IBGE e da Cidasc. Uma explicação mais completa, por sua vez, exigiria uma análise mais aprofundada, não sendo esse objetivo do presente artigo.

Ainda de acordo com Giehl (2020), do total de produtores de Santa Catarina, 36,4 mil destinaram bovinos para abate em estabelecimentos inspecionados em 2019. Outro estudo, realizado por Giehl e Mondardo (2019), categorizou os bovinocultores catarinenses segundo o número de animais destinados ao abate em estabelecimentos inspecionados no ano de 2017. De acordo com os autores, a maioria dos produtores do estado são considerados de pequena escala: 77,51% destinaram de 1 a 9 animais para abate naquele ano. O estudo ainda ressalta que muitos desses, possivelmente, são produtores de leite, sendo os abates relativos aos animais de descarte.

No trabalho supramencionado, também foi identificada uma significativa concentração na produção de carne bovina do estado. Embora representem mais de $\frac{3}{4}$ do total, os produtores com menos de 10 bovinos destinados ao abate responderam por apenas 15,01% dos animais abatidos em 2017. No outro extremo, aqueles com 1.000 ou mais animais abatidos no ano, que perfazem 0,12% dos produtores, responderam por 13,18% da produção.

Outro estudo, desenvolvido por Giehl *et al.* (2019) demonstrou que, em 2017, do total de bovinocultores que comercializaram animais para abate em estabelecimentos inspecionados, 58,38% possuíam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ou seja, eram agricultores familiares. Esses produtores foram responsáveis por 27,86% dos animais abatidos naquele ano. Esses dados demonstram que, embora relativamente concentrada, a bovinocultura possui uma significativa abrangência e relevância social no estado.

De acordo com os dados apresentados por Giehl (2020), do total de bovinos abatidos em Santa Catarina em 2019, 101,5 mil (13,52%) destinaram-se ao autoconsumo, pressupondo que o abate desses animais foi realizado no próprio estabelecimento agropecuário, para atender a demanda de carne dessa unidade.

¹ Santa Catarina possui um total de 295 municípios.



Embora esse seja um aspecto, em geral, pouco valorizado, também se verifica participação significativa dessa modalidade de abate na economia do meio rural do estado. Os dados demonstram que, do VBP total da bovinocultura catarinense em 2018 (R\$ 1,54 bilhão), cerca de R\$ 223 milhões (14,48%) são decorrentes dos abates para autoconsumo (GIEHL, 2018).

Também chama a atenção o número de produtores que realizam o abate para autoconsumo. De acordo com os dados da Cidasc, sistematizados pelos autores, em 2019 foram cerca de 50,6 mil produtores.

Apesar desses números expressivos, as abordagens acadêmicas com viés econômico acerca da bovinocultura costumam se concentrar nos aspectos relacionados ao mercado formal, seja a partir da produção primária ou, mais frequentemente, das agroindústrias. Pouca atenção é dispensada para a relevância dessa atividade produtiva na segurança alimentar das famílias produtoras e tampouco para a importância socioeconômica do abate para autoconsumo.

1.1. Uma breve gênese da produção de bovinos em Santa Catarina

Os primeiros bovinos foram introduzidos no Brasil no período colonial (século XVI), alguns anos após a chegada dos europeus, constituindo-se num elemento fundamental da ocupação do atual território brasileiro.

No Sul, o gado foi introduzido pelas missões jesuíticas e pelos colonos castelhanos no início do século XVII, primeiramente no Rio Grande do Sul e depois nas regiões de campos nativos de Santa Catarina e do Paraná. Segundo Brandt (2012), a partir do avanço ao sul de exploradores oriundos da capitania de São Vicente, promoveu-se o povoamento dos Campos Gerais, no atual estado do Paraná, no século XVII. Tendo em vista as características naturais predominantes, logo a criação de bovinos passou a ser a principal atividade econômica dessa região. Algum tempo depois, com o crescimento de povoados mais antigos e a descoberta de ouro e pedras preciosas na região central do país, criou-se uma demanda mais efetiva de fornecimento de animais, carne e couro, o que estimulou o desenvolvimento da atividade pecuária. A implantação de rotas de tropeiros, a partir da extremidade sul do território dominado por Portugal, ajudou a difundir a produção de gado no restante da região.

Em Santa Catarina, a bovinocultura se desenvolveu primeiramente no planalto sul (também conhecido como região serrana ou serra catarinense), principalmente em função da presença de pastagens nativas. Essa região era ponto de passagem para as mulas e o charque provenientes do Rio Grande do Sul, que iam em direção às regiões de mineração de ouro e pedras preciosas. Posteriormente, observou-se a implantação e desenvolvimento da pecuária na própria região serrana, com o objetivo de abastecer os tropeiros e habitantes das vilas (WEDEKIN, 2017).

Conforme aponta Brandt (2012), nos séculos XVIII e XIX, os principais destinos da produção bovina dos campos catarinenses eram a região Sudeste e a capital do estado. Posteriormente, a colonização do sul do país deu origem a um novo mercado consumidor em expansão, que passou a absorver parte da produção. A própria colonização do oeste catarinense possibilitou a abertura de um novo e importante mercado para a atividade.

Além da região serrana, a pecuária bovina também se expandiu para outras partes do território catarinense. De acordo com Bavaresco (2005), os caboclos que habitavam a região oeste do estado antes do processo de colonização, já criavam diversas espécies de animais, como os bovinos, utilizados principalmente para tração e transporte. A partir de meados dos anos 1980, a bovinocultura ganhou novo impulso no oeste catarinense, principalmente em função da expansão da pecuária leiteira. Segundo Santos, Marcondes e Cordeiro (2006), a redução de alternativas de renda fez com que muitos agricultores passassem a dar maior importância à produção de leite e investissem na atividade. Em razão disso, passou a se observar



taxas de crescimento da produção bastante significativas naquela região. Entre 1985 e 2002, por exemplo, enquanto a produção estadual de leite registrou aumento de 104%, no oeste o crescimento foi de 190%. Com isso, a participação da região na produção estadual saltou de 45% para 64%.

No mesmo período, verificou-se no Planalto Serrano uma gradual substituição da pecuária por reflorestamentos, para abastecer a indústria de celulose e moveleira (ZENI, 2001). Estudo mais recente (JACQUES, 2016) demonstra que os sistemas de produção animal da região têm sido velozmente substituídos por cultivos agrícolas e silviculturais, principalmente por conta da menor rentabilidade da pecuária tradicional, quando comparada a outras atividades agropecuárias, além das alterações fundiárias observadas na região.

Assim como as demais carnes, atualmente a produção de bovinos também está concentrada na mesorregião Oeste Catarinense, responsável por 49,95% dos animais abatidos no estado em 2019 (GIEHL, 2020). Conforme mencionado anteriormente, a partir dos anos 1980 o Oeste ampliou significativamente sua participação e tornou-se a principal região produtora de leite do estado. Esse cenário tem levado a muitas análises empíricas acerca de uma possível relação entre o aumento da participação da região no abate de bovinos e o crescimento da produção leiteira, já que os produtores de leite descartam os machos jovens e as vacas improdutivas (para renovação dos plantéis). Algumas análises preliminares, como é o caso de Giehl *et al.* (2019), sinalizam que a concentração de bovinos nesta região está relacionada não somente ao crescimento da produção leiteira, mas também ao significativo número de produtores especializados em animais de corte naquela região.

Em trabalho publicado no início dos anos 2000, Zeni (2001) afirmava que, como em todo o território nacional, Santa Catarina possuía uma bovinocultura de corte caracterizada pelo predomínio do sistema extensivo e com pouco uso de tecnologias, o que resultava em baixos índices zootécnicos. Desde então, a pecuária bovina catarinense sofreu grandes modificações, tanto pela ampliação do rebanho leiteiro quanto pela adoção de padrões técnicos mais elevados, embora não se possa dizer que essa condição seja generalizada. Contudo, a configuração atual aponta para a existência de um modelo misto, em que vários perfis de produtores, com distintas finalidades, coexistem.

Dentre esses distintos perfis, encontra-se um contingente significativo que tem como uma das finalidades da criação de bovinos, a obtenção de carne para autoconsumo (por vezes denominada de “subsistência”). Em alguns casos, o autoconsumo é o principal ou único objetivo da criação de bovinos. Contudo, é comum que seja uma finalidade complementar, em que o abate de alguns animais para consumo na propriedade rural é percebido como um “subproduto” de outra atividade principal, como a bovinocultura de leite ou mesmo a bovinocultura de corte comercial.

1.2. Produção para autoconsumo

O autoconsumo constitui-se numa renda não monetária, obtida por meio da redução dos dispêndios com a compra de determinados gêneros alimentícios, auxiliando na estabilidade socioeconômica das unidades. Ou seja, caso não houvesse a produção para autoconsumo, os alimentos precisariam ser adquiridos a preços de mercado, o que impactaria economicamente o produtor. Para Lovisolo (1989), essa prática também pode ser vista como um mecanismo que possibilita economizar recursos financeiros para investir em outros bens na unidade produtiva.

De acordo com Grisa, Schneider e Conterato (2013), uma das principais funções da produção para autoconsumo é a garantia da autossuficiência alimentar da família e da unidade produtiva. Os autores afirmam ainda que esse tipo de produção cumpre um importante papel ao internalizar a satisfação de uma das necessidades vitais das famílias, a alimentação. Além disso, por meio do autoconsumo, os agricultores garantem outros princípios da segurança alimentar,



como a qualidade dos alimentos e a adequação aos hábitos alimentares locais. Por fim, os autores ressaltam que, em determinado contexto, o autoconsumo tem uma função de preservação da cultura, dado que muitas das práticas são repassadas de pais para filhos.

Como bem descreve Fontoura (2012), por algum tempo considerou-se a produção para autoconsumo como uma atividade atrasada e antieconômica, que não era merecedora da atenção da academia por sua suposta pouca relevância.

De fato, alguns autores apontam que, ao longo das últimas décadas, observou-se uma queda na produção destinada ao autoconsumo. Em pesquisa realizada em quatro regiões do Rio Grande do Sul, Grisa (2007) aponta que a produção para o consumo familiar era maior e mais diversificada em períodos anteriores, havendo uma diminuição nesse tipo de atividade em prol da ampliação dos cultivos comerciais. De forma semelhante, Gazolla (2004), também destaca uma redução nesse perfil de produção, devido, principalmente, ao processo de mercantilização da agricultura familiar, com incentivos diversos à especialização desse segmento.

Contudo, essa menor presença, apontada por diversos autores, não significa que tal modalidade produtiva não possua mais importância no meio rural, principalmente no contexto da agricultura familiar. Ela continua sendo fundamental para a reprodução social das unidades familiares. É o que evidencia, por exemplo, o estudo de Grisa (2007), já mencionado anteriormente. A autora demonstrou que o autoconsumo representava, em média, 27,24% da renda total das unidades familiares pesquisada em quatro municípios do Rio Grande do Sul, variando de 16,73% a 38,34%.

Conforme destacam Miranda e Zen (2019), apesar da importância que a renda não-monetária tem para os orçamentos familiares, ela não é computada na maioria das estatísticas governamentais (como no cálculo do PIB, por exemplo), uma vez que é difícil mensurá-la.

Reforçando a relevância dessa modalidade, estudo elaborado por Grisa e Conterato (2011), a partir de dados do Censo Agropecuário 2006, demonstrou que 3,84 milhões de estabelecimentos rurais brasileiros apresentam produção para autoconsumo. Segundo os autores, isso significa que 74,09% do total de estabelecimentos tem o autoconsumo como uma de suas estratégias de reprodução social. Os dados também apontam que 473 mil famílias viviam exclusivamente da produção para autoconsumo.

Fontoura (2012) destaca que, além da economia de recursos, a produção para autoconsumo também contribui para a autonomia das famílias, colabora com a segurança alimentar e nutricional, estreita os laços de amizade através da reciprocidade e pode colaborar para a diminuição da pobreza rural.

Numa perspectiva semelhante, Grisa, Schneider e Conterato (2013) apontam outro papel de destaque da produção para autoconsumo: parte dos produtos são destinados a trocas e/ou doações para vizinhos, parentes e amigos, sendo comum o intercâmbio de sementes, mudas, frutas, pedaços de carne, entre outros. Segundo os autores, no passado essas trocas possuíam uma utilidade prática, já que a inexistência ou dificuldade de acesso a meios de conservação eficientes, tornava esse um bom mecanismo de garantia do abastecimento alimentar das famílias ao longo do ano. Atualmente, contudo, esse ato constitui-se, principalmente, numa forma de sociabilidade e reciprocidade.

Ao tratar da reciprocidade nas relações entre vizinhos, Fontoura (2012) resalta que ainda existe a prática da troca de produtos na região em que realizou sua pesquisa (oeste do Rio Grande do Sul), mas em quantidade e frequência menores do que ocorria há algumas décadas. “Antigamente, eu abatia e doava um pedaço de carne, depois era retribuído com a mesma peça”, relata um dos entrevistados pelo autor. De acordo com outro entrevistado, “quando eu carneio dou para os vizinhos um quarto, uma paleta [...] e quando o vizinho carneia devolve o mesmo pedaço”. Fontoura destaca que as pessoas que recebem algum produto sentem-se na obrigação de retribuir a gentileza dos vizinhos e, a partir daí, configuram-se as relações de reciprocidade.



Além das questões relacionadas à sociabilidade, outro fator que interfere nas tomadas de decisão relativas ao autoconsumo é o repertório cultural. Segundo Ploeg (2003, *apud* GRISA; SCHNEIDER, 2011), repertório cultural pode ser definido como um conjunto de noções estratégicas que guiam as ações práticas e o comportamento dos agricultores. Assim, de nada adianta a presença das demais condições e fatores, se essa prática não fizer parte do repertório cultural de determinado grupo.

De forma análoga, Fontoura (2012) ressalta que a produção para o autoconsumo apresenta alguns determinantes e características, dentre os quais se destacam a “tradição” ou “costume” de produzir os próprios alimentos e os hábitos alimentares em si. Ainda de acordo com a autora, no caso do Rio Grande do Sul, estudos mostram que as regiões que apresentam uma expressividade maior do autoconsumo são aquelas em que o *ethos* de colono se mantém presente de maneira mais significativa. Por outro lado, nas regiões em que a dinâmica agroexportadora tem mais relevância, o autoconsumo diminuiu consideravelmente ou inexistiu, conclui Fontoura.

De maneira geral, os estudos que tratam do autoconsumo não se aprofundam (ou, por vezes, ignoram) a produção animal e suas especificidades, sendo difícil encontrar materiais que apresentem tal foco. Não obstante tal cenário, o trabalho desenvolvido por Grisa e Conterato (2011), já mencionado anteriormente, aponta que, de acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006, o autoconsumo animal foi registrado em 2,79 milhões de estabelecimentos agropecuários, o que representa 72,77% do total de estabelecimentos que apresentaram produção para autoconsumo.

Além da presença em número significativo de estabelecimentos, em alguns casos a produção animal também contribui com parcela expressiva do valor dos itens destinados ao autoconsumo. Em seu estudo, Fontoura (2012) identificou que os produtos de origem animal representavam de 80,45% a 90,34% do valor dos alimentos produzidos e consumidos pelos agricultores amostrados. Há que se ressaltar que a pesquisa em questão teve como público os pecuaristas familiares do oeste do Rio Grande do Sul, o que certamente influencia nos resultados.

Nessa mesma linha, trabalho desenvolvido por Torres (2003, *apud* FONTOURA, 2012) com pecuaristas familiares da região da Campanha, no Rio Grande do Sul, concluiu que a viabilidade desse conjunto de produtores é decorrente de parte significativa de seu consumo ser produzido na propriedade.

Segundo Mathias (2008), grande parte dos estudos que analisam o abate de bovinos no Brasil apontam uma produção de carne maior que aquela registrada pela Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, realizada pelo IBGE. Esse cenário é resultante tanto do abate clandestino², quanto do abate para autoconsumo. É necessário esclarecer que a metodologia do IBGE para a referida pesquisa considera apenas os animais abatidos em estabelecimentos com inspeção em algum dos três níveis (municipal, estadual ou federal).

De acordo com modelo de cálculo proposto pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea – Esal/USP), Miranda e Zen (2019) afirmam que, em 2015, o autoconsumo de carne bovina no Brasil foi equivalente a 2,46 milhões de animais. Os dados do IBGE apontam que, naquele ano, foram abatidos 30,65 milhões de bovinos em abatedouros inspecionados. Somando-se os dois montantes, tem-se que o autoconsumo representou 7,42% dos abates realizados no referido período. Levando-se em consideração que parte da produção brasileira se destina à exportação, os autores calcularam que, do consumo total de carne bovina no Brasil em 2015, 9,30% foi atendido por meio da produção para autoconsumo.

² O abate clandestino é aquele realizado fora de estabelecimentos certificados por serviços de inspeção sanitária (SIM, SIE ou SIF) e cujos produtos resultantes (carne e miudezas) destinam-se a finalidades comerciais.



Ainda segundo Miranda e Zen, em alguns estados a participação do autoconsumo no consumo total de carne bovina seria ainda mais significativa, como é o caso de Rondônia (48,2%), Mato Grosso (39,0%) e Pará (14,1%). Os autores apontam que as prováveis razões para esses elevados percentuais são a má qualidade das estradas e a distância das fazendas até os centros de consumo, o que dificulta a locomoção dos funcionários e moradores desses estabelecimentos até os supermercados ou açougues mais próximos. Para o caso de Mato Grosso, eles destacam que deve se levar em consideração também as raízes culturais da população do estado, sendo bastante comum o hábito de se consumirem animais da própria fazenda por motivos de festividade, bônus para funcionários ou mesmo aproveitamento de animais que sofreram algum tipo de acidente.

O abate para consumo próprio, embora sendo uma prática legal e comum na zona rural, não faz parte da maioria das estatísticas oficiais sobre quantidade abatida, o que acaba por invisibilizar a atividade.

Em Santa Catarina, essa situação se faz sentir de forma bastante significativa. Embora a produção de carne bovina ocupe a 6ª posição no ranking estadual em termos de VBP e seja uma das atividades mais expressivas no que diz respeito ao número de produtores, percebe-se certa subvalorização dessa cadeia produtiva, o que se reflete na existência de poucos estudos no âmbito estadual que se proponham à compreensão da dinâmica social e econômica da mesma. Quando voltamos o olhar para a produção de bovinos para autoconsumo, as lacunas são ainda mais expressivas.

Tendo em vista o exposto, o presente artigo apresenta uma análise exploratória dos dados sobre o abate de bovinos para autoconsumo em Santa Catarina ao longo dos últimos 10 anos, buscando identificar as principais características dessa modalidade, avaliar a evolução da mesma no período e compreender alguns aspectos relacionados à sua dinâmica.

2. Metodologia

A principal fonte de dados para o presente estudo foi o Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense (Sigen+), utilizado pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), órgão estadual responsável pelas ações de sanidade e vigilância animal e vegetal.

A defesa sanitária animal de Santa Catarina tem como um de seus alicerces a rastreabilidade de bovinos e bubalinos. Para tanto, implantou-se o Sistema de Identificação Individual e Rastreabilidade Bovina e Bubalina de Santa Catarina (SRBOV-SC). Todos os bovídeos do estado devem, obrigatoriamente, estar registrados junto à Cidasc e recebem um brinco com um número de identificação individual, que os vincula a uma Unidade de Exploração Pecuária (UEP). Cada UEP, por sua vez, possui um responsável (em geral, o proprietário dos animais).

O trânsito de bovídeos, para qualquer finalidade, é registrado junto à Cidasc por meio das Guias de Trânsito Animal (GTA). No caso da morte de animais na propriedade, seja em decorrência de morte natural, acidente ou abate para consumo próprio, o produtor deve dirigir-se ao escritório da Cidasc de seu município para informar tal fato e realizar a “Atualização de Saldo de Animais”, procedimento por meio do qual os animais mortos ou abatidos são excluídos de seu cadastro. É importante destacar que todas essas informações permanecem registradas no histórico da UEP, sendo possível identificar idade e sexo do animal, motivo da baixa (“morte” ou “consumo próprio”), data da morte do animal, entre outras informações³.

³ Para maiores informações sobre os procedimentos operacionais para controle da identificação, movimentação e abate de bovinos e bubalinos em Santa Catarina, consultar a Instrução de Serviço nº 006/2019 - DEDSA/DEINP, disponível em <http://www.cidasc.sc.gov.br/defesasanitariaanimal/programas/rastreabilidade-bovina-e-bubalina/>.



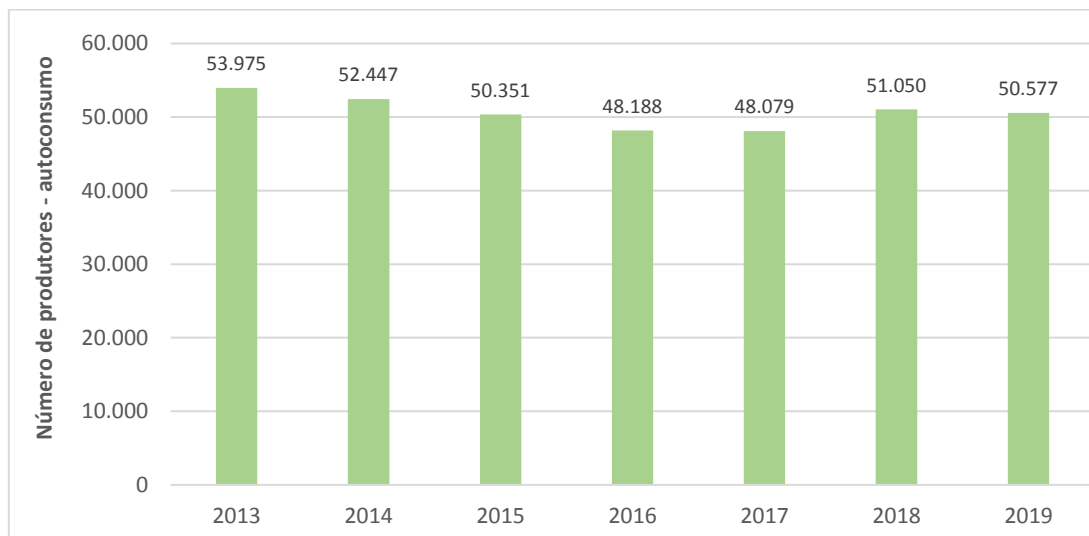
No presente estudo, foram utilizados dados dos últimos 10 anos (2010 a 2019).

Para a sistematização dos dados, utilizou-se o *software* SAS (*Statistical Analysis System*), por meio do qual foram geradas as informações agregadas apresentadas e analisadas na sequência.

3. Resultados e discussão

A cada ano, cerca de 50 mil produtores abatem bovinos para consumo próprio em suas propriedades rurais. A figura 1 apresenta a evolução desse número entre os anos de 2013 e 2019⁴.

Figura 1: Número de produtores que realizaram abate de bovinos para autoconsumo – Santa Catarina – 2013/2019



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados da Cidasc.

O número de produtores que abateram bovinos para autoconsumo em 2019 (50,6 mil) foi superior ao daqueles que destinaram animais para abate em estabelecimentos inspecionados (36,4 mil). É claro que, nesses dois grupos, observam-se inúmeras sobreposições, mas o objetivo dessa comparação é simplesmente demonstrar a amplitude e relevância dessa atividade, sem adentrar nos pormenores do perfil dos produtores.

Comparando-se os anos de 2013 e 2019, percebe-se uma queda de 6,30% no número de produtores, com oscilações no período intermediário.

Ao analisar o número de animais abatidos para autoconsumo ao longo do período considerado no presente estudo, verifica-se uma queda de 12,16% entre 2010 e 2019 (Tabela 1). As maiores quedas são verificadas entre os anos de 2010 e 2013. Na sequência, observa-se uma relativa estabilização entre 2014 e 2017.

Em 2013 registrou-se o menor número de abates para autoconsumo da série histórica analisada. É importante destacar que nesse ano houve mudanças significativas no Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária de Santa Catarina, o que pode ter prejudicado o registro e/ou recuperação dos dados relativos a alguns meses, afetando os resultados finais. Em razão disso, a utilização de informações daquele ano demanda algumas ressalvas, principalmente em relação aos dados absolutos.

⁴ Para este parâmetro, não há dados disponíveis para o período de 2010 a 2012.



Tabela 1: Bovinos abatidos por ano, por modalidade de abate – Santa Catarina – 2010/2019

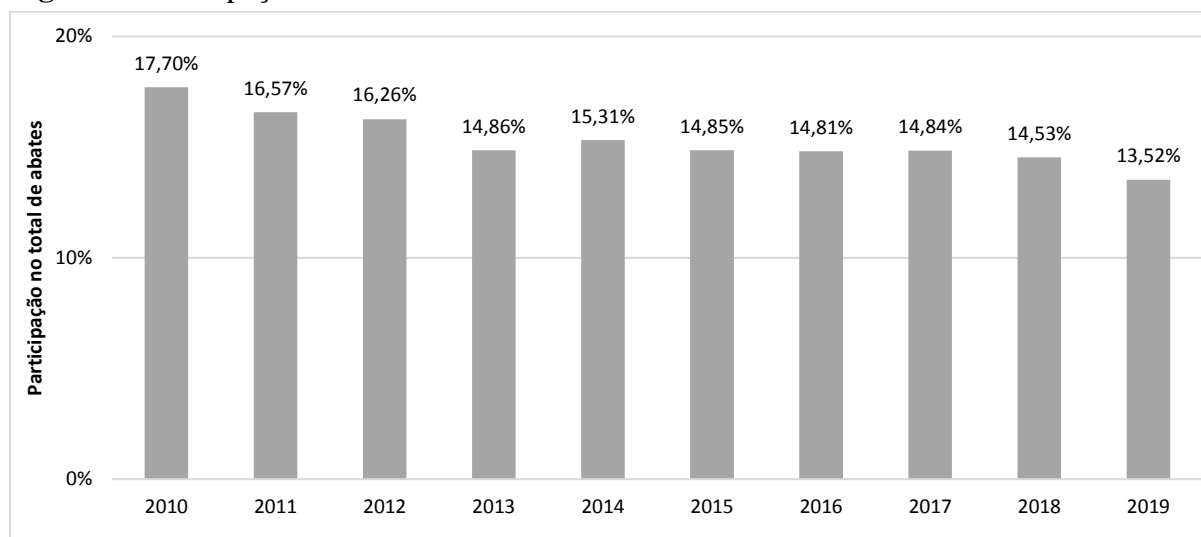
Ano	Abate inspecionado (cab.)	Autoconsumo (cab.)	Abate total (cab.)
2010	537.028	115.523	652.551
2011	521.326	103.530	624.856
2012	492.892	95.720	588.612
2013	500.829	87.400	588.229
2014	540.662	97.734	638.396
2015	546.455	95.285	641.740
2016	529.962	92.114	622.076
2017	550.576	95.963	646.539
2018	612.354	104.091	716.445
2019	649.190	101.471	750.661

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados da Cidasc.

Conforme evidenciam os dados da tabela 1, em 2017 e, principalmente, em 2018, observaram-se aumentos expressivos no número de animais abatidos para autoconsumo, após um período de variações negativas. Em 2019, por outro lado, registrou-se nova queda. É importante destacar que, no último trimestre desse ano, ocorreram altas expressivas nos preços do boi gordo⁵, o que pode ter estimulado muitos produtores a comercializarem animais que, em outros momentos, seriam destinados ao consumo familiar. Essa questão será melhor abordada adiante.

Quando se leva em consideração a participação do autoconsumo no total de abates realizados em Santa Catarina (Figura 2), verificam-se percentuais expressivos, mas declinantes ao longo do período analisado. Além da redução no número de animais abatidos para consumo próprio, outro fator que contribui para essa queda é o crescimento nos abates inspecionados. Com isso, a participação do autoconsumo no total de animais abatidos no estado passou de 17,70%, em 2010, para 13,52%, em 2019 (Figura 2). Esse é o menor índice dessa série histórica.

Figura 2: Participação do autoconsumo no total de abates – Santa Catarina – 2010/2019



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados da Cidasc.

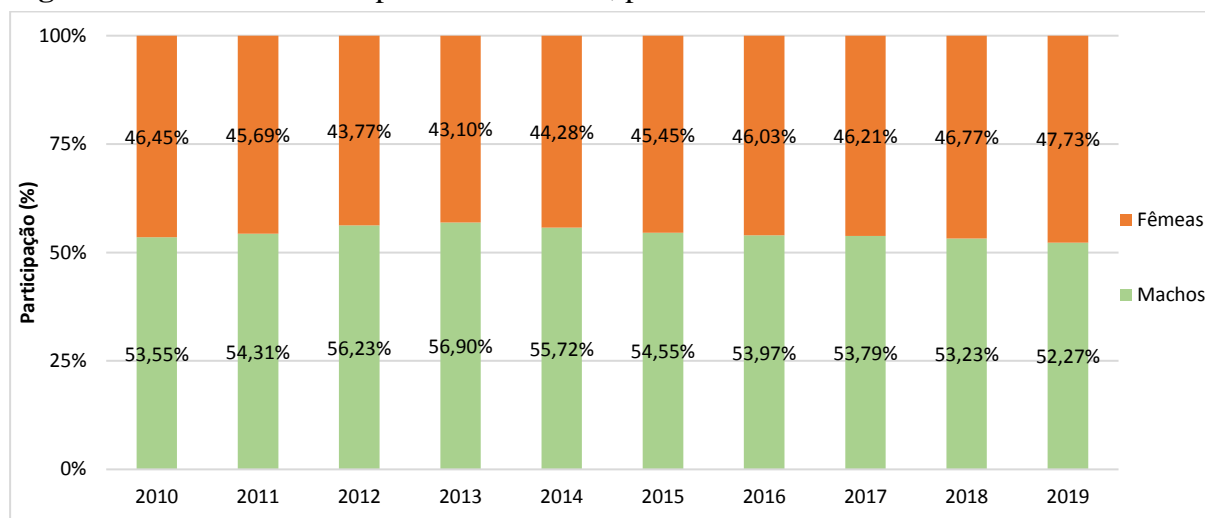
⁵ Para maiores informações sobre esse processo, consultar Giehl (2020).



Para fins de referência e comparação com outras unidades da federação, Miranda e Zen (2019) informam que 232,6 mil bovinos foram abatidos para autoconsumo no Rio Grande do Sul em 2015. Esse montante equivale a 11,32% do total de abates do estado naquele ano.

Ao analisar o sexo dos bovinos abatidos para autoconsumo, verifica-se que há predominância de machos, embora nos últimos anos tenha aumentado a participação de fêmeas nesse processo. Conforme demonstra a figura 3, a participação dos animais do sexo masculino cresceu de 2010 a 2013. Nos anos seguintes, observa-se uma progressiva queda nesse índice, até que se atingisse o menor patamar em 2019.

Figura 3: Abate de bovinos para autoconsumo, por sexo – Santa Catarina – 2010/2019



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados da Cidasc.

Os dados do IBGE (2020) demonstram que, no caso dos abates inspecionados, observou-se situação semelhante nos últimos anos. Em 2010, os machos representavam 62,44% dos abates realizados nos frigoríficos de Santa Catarina, enquanto as fêmeas respondiam por 37,56%. Nos anos seguintes, registrou-se um progressivo crescimento da participação de fêmeas nos abates, até se atingir 48,35% em 2019. Em termos nacionais, a variação foi menor, mas também causou alguns impactos no mercado de carnes. Em 2010, eram 63,83% de machos e 36,10% de fêmeas. Em 2019, os índices eram de 59,24% e 40,76%, respectivamente.

O aumento no abate de fêmeas reduz o nascimento de bezerros nos anos seguintes e, dessa forma, diminui a oferta de bovinos no mercado. Esse processo costuma ocorrer em períodos de estagnação nos preços pagos ao produtor, o que desestimula a retenção de fêmeas por parte dos pecuaristas. Nos últimos anos, foram recorrentes as manifestações de entidades representativas dos produtores em relação aos preços pagos pelos bovinos, cujos reajustes estariam aquém do aumento nos custos de produção. Em relação a isso, de acordo com os dados da Epagri/Cepa (2020), o preço médio estadual do boi gordo aumentou 93,46% entre janeiro de 2010 e junho de 2019. Por outro lado, a inflação acumulada nesse período, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA/IBGE), foi de 82,62%.

Outra análise relevante diz respeito à idade de abate dos bovinos destinados ao autoconsumo. Os animais foram agrupados em 4 faixas etárias: 0 a 12 meses; 13 a 24 meses; 25 a 36 meses; acima de 36 meses.

A categoria mais expressiva é formada pelos animais com mais de 36 meses, que, na média dos dez anos analisados, representaram 36,37% do total. De acordo com Bortoluzzo, Pedrinola e Martins (2011), considerando-se estritamente o critério econômico, a idade ideal

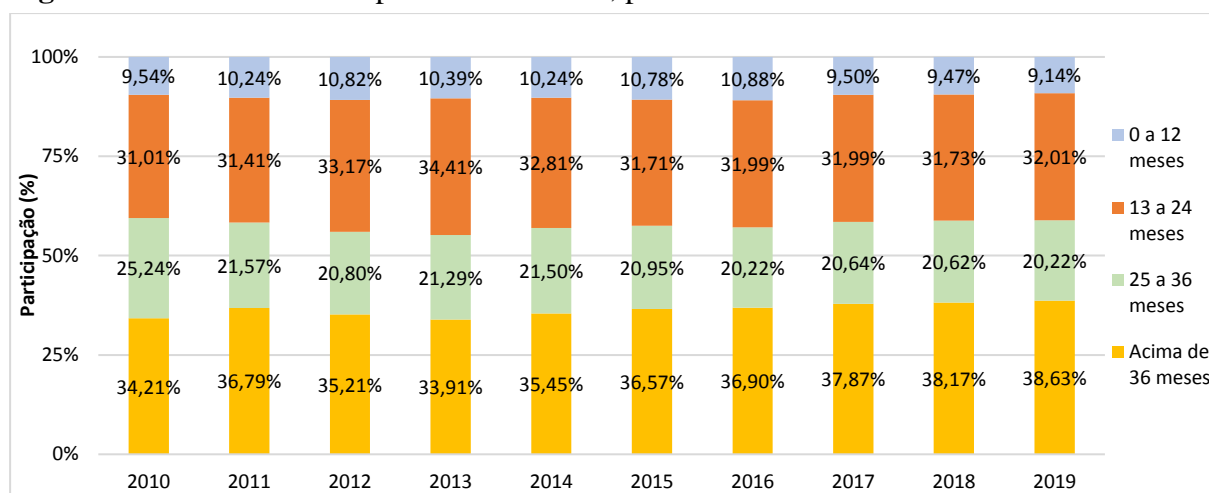


para o abate de bovinos de corte é 2,2 anos. Do ponto de vista de qualidade da carne, é recomendável o abate entre 2 e 3 anos de idade. Segundo trabalho desenvolvido por Cucco *et al.* (2015), a idade média de abate nos principais frigoríficos de Santa Catarina é de 30 meses.

Tal cenário sugere que mais de 1/3 do autoconsumo é, possivelmente, atendido pelo abate de animais de descarte, ou seja, bovinos que possuam outra finalidade no âmbito da propriedade, seja a produção de leite, reprodução, tração, etc., e que, com o declínio de seu período produtivo, são destinados ao abate. Essa situação é condizente com a forte presença da atividade leiteira em parcela significativa das propriedades familiares de Santa Catarina.

Conforme evidencia a figura 4, a participação dos animais com mais de 36 meses apresenta tendência de crescimento ao longo do período analisado.

Figura 4: Abate de bovinos para autoconsumo, por idade – Santa Catarina – 2010/2019



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados da Cidasc.

A segunda categoria mais numerosa é a dos animais abatidos com 13 a 24 meses de idade, que reúne 32,22% dos abates para autoconsumo realizados entre 2010 e 2019. Ou seja, são animais jovens, denominados de novilhos e novilhas. No caso dos produtores de leite, os machos nascidos na propriedade normalmente são vendidos, doados ou, em alguns casos, engordados para consumo da família. Nessas situações, é comum que os animais sejam abatidos ainda jovens, já que, por serem de raças com aptidão leiteira, o baixo ganho de peso desestimula a manutenção dos mesmos até a fase adulta. Contudo, como no presente estudo não foi possível diferenciar aptidão ou raça dos animais, tampouco a atividade principal do produtor, os comentários anteriores estão no campo das suposições e demandam análises mais aprofundadas para serem ratificados ou não.

Vale mencionar que essa categoria (13 a 24 meses) manteve sua participação relativamente estável ao longo do período analisado, com uma leve ampliação entre 2010 e 2019.

A terceira categoria mais relevante é a dos animais abatidos com idade entre 25 e 36 meses, com participação média de 21,31% ao longo dos dez anos. Percebe-se uma queda na participação dessa faixa etária no total de abates.

Por fim, embora seja a categoria menos numerosa, chama atenção o percentual significativo de animais abatidos com até 12 meses. Nessa idade, o animal costuma ser classificado como bezerro ou bezerra. Mais uma vez, é provável que parcela expressiva desses abates sejam de animais de raças com aptidão leiteira e baixo ganho de peso, o que torna sua criação para fins de corte economicamente desinteressante. De qualquer forma, é recomendável



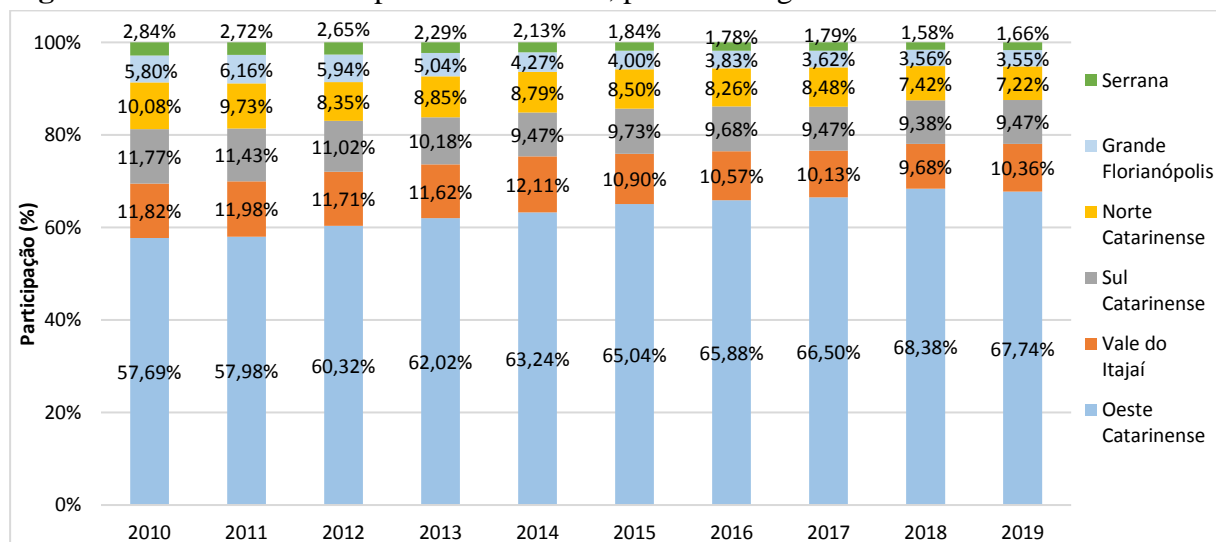
que se realize estudos mais aprofundados sobre essa categoria, para que se possa compreender esse fenômeno. A faixa etária de 0 a 12 meses manteve um nível de participação relativamente estável ao longo de todo o período.

No presente estudo, também se identificou a distribuição dos abates dentre as seis mesorregiões de Santa Catarina. Os dados demonstraram que, no ano de 2019, mais de 2/3 dos animais abatidos para consumo próprio eram originários da mesorregião Oeste Catarinense (Figura 5). Quando levamos em consideração o rebanho, verifica-se que essa mesorregião respondia por 47,40% do total do estado naquele ano. Ou seja, a participação do Oeste na produção para autoconsumo supera significativamente a representatividade da mesma no rebanho estadual. Há duas prováveis explicações para essa situação. A primeira diz respeito à configuração fundiária e social dos espaços rurais da região, com forte predomínio de unidades de produção familiar. A relação entre agricultura familiar e produção para autoconsumo já foi evidenciada na parte inicial do presente artigo. Além disso, há que se considerar que, nos primórdios da colonização daquele território, observava-se um significativo isolamento geográfico e social do mesmo em relação às regiões mais densamente povoadas, em função da ausência ou precariedade das estradas (BAVARESCO, 2005). Tal situação reforçava ainda mais a importância de produzir alimentos para o consumo familiar, característica que acabou sendo incorporada ao repertório cultural de grande parte dos agricultores.

O segundo fator é a importância da pecuária leiteira. O Oeste Catarinense é a principal “bacia leiteira” do estado. Segundo Marcondes (2018), a participação da região na produção estadual foi de 79,1% em 2017. Como já mencionado anteriormente, a produção leiteira tem como “subproduto” o nascimento de bezerros do sexo masculino que, por não serem de raças com aptidão para o corte, dificilmente entram no circuito comercial da produção de carnes. Além disso, outro “subproduto” da pecuária leiteira são as fêmeas em declínio produtivo, seja pela idade ou pela ocorrência de doenças, o que leva à sua exclusão do plantel. Esses animais têm valor comercial menor que bovinos mais jovens, com aptidão específica para corte ou condição corporal mais adequada para o abate. Em função disso, por vezes torna-se vantajoso ao produtor abater tais animais para atender a demanda de consumo da família, ao invés de comercializá-los para um abatedouro.

A participação do Oeste Catarinense no total estadual cresceu significativamente entre 2010 e 2019, como evidencia a figura 5.

Figura 5: Abate de bovinos para autoconsumo, por mesorregião – Santa Catarina – 2010/2019



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados da Cidasc.

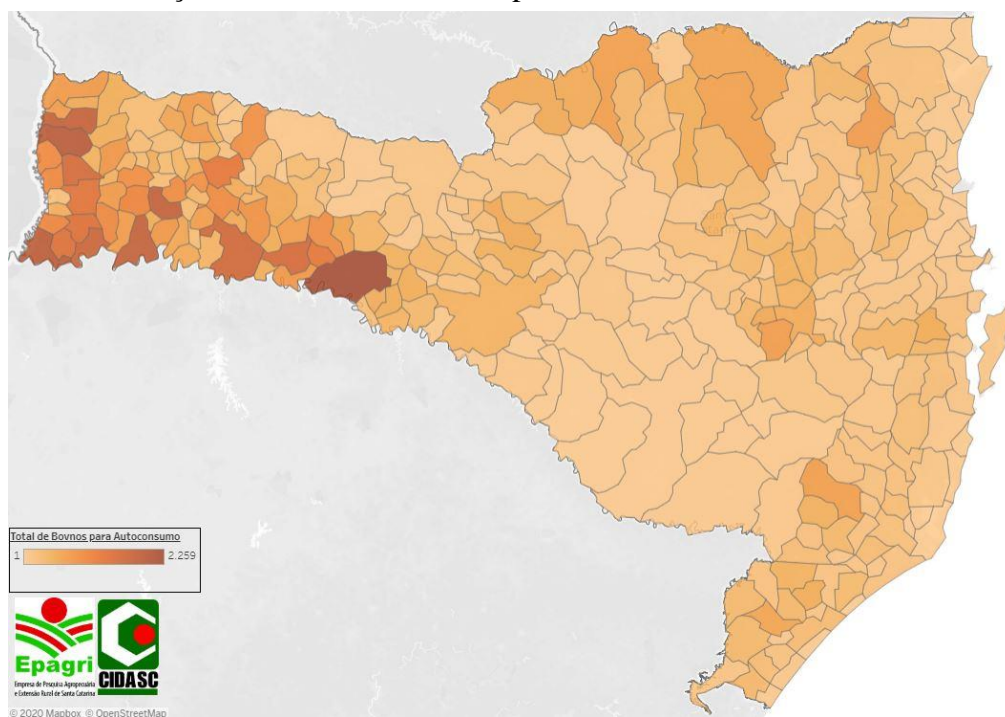


Outras mesorregiões que também apresentam participação relevante no total do estado são Vale do Itajaí e Sul Catarinense, com 10,36% e 9,47% dos abates realizados em 2019, respectivamente. Em ambos os casos, há também uma presença expressiva de agricultores familiares nessas regiões, bem como relevância na produção estadual de leite. Segundo Marcondes (2018), o Vale do Itajaí era responsável por 7,5% da produção catarinense de leite em 2017, sendo a segunda principal região produtora, enquanto o Sul respondia por 6,4% e ocupava a terceira posição.

Com exceção do Oeste Catarinense, todas as demais mesorregiões reduziram sua participação no total de bovinos abatidos para consumo próprio na comparação entre 2010 e 2019.

Ainda em relação à distribuição geográfica, os dados sistematizados no âmbito do presente estudo demonstram que, em 2019, foram registrados abates para autoconsumo em 293 municípios catarinenses. O mapa apresentado na figura 6 faz uso de uma escala de tonalidades para representar a concentração dos abates. Quanto mais escuro, maior o número de animais abatidos em determinado município. Fica evidente a presença de algumas manchas de maior densidade no oeste do estado.

Figura 6: Distribuição dos abates de bovinos para autoconsumo – Santa Catarina – 2019



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados da Cidasc.

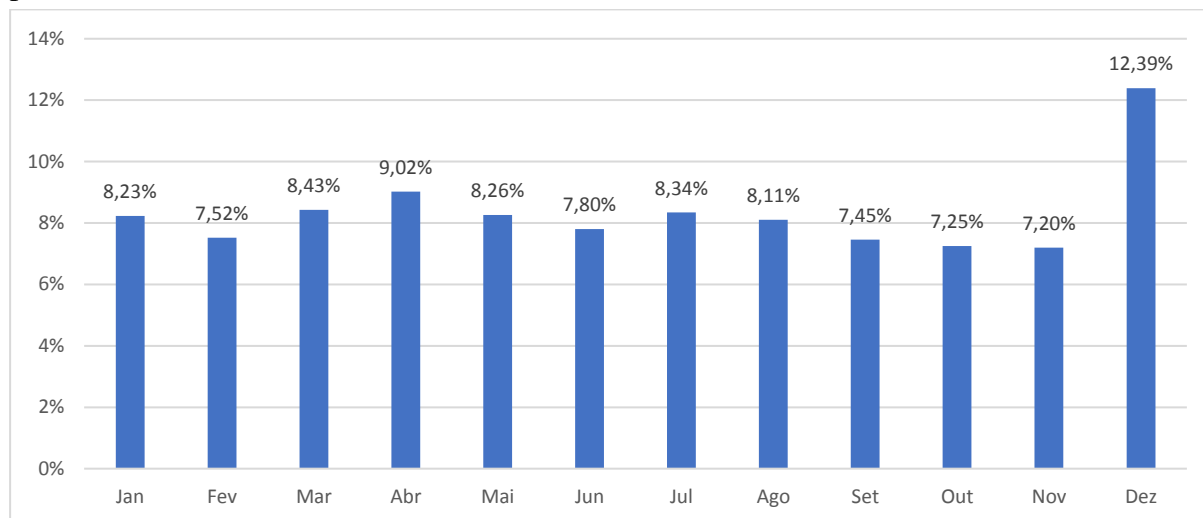
Outro aspecto analisado no presente trabalho é a distribuição ao longo do ano. Para tanto, identificou-se o número mensal de abates para autoconsumo e calculou-se a participação de cada mês no total anual. A figura 7 apresenta a média mensal dos abates realizados no período de 2010 a 2019.

Conforme fica evidenciado, há um relativo equilíbrio na participação de cada mês, com exceção de dezembro, cuja participação é quase o dobro dos demais meses tomados individualmente. Essa concentração condiz com a vivência e a percepção empírica dos autores, já que os abates para autoconsumo, além de atenderem a demanda alimentar cotidiana, têm também um objetivo mais lúdico, que é possibilitar a confraternização nas festividades de final



de ano, em especial o Natal. Embora não seja o único, esse é um dos principais fatores que ajudam a explicar essa concentração em dezembro.

Figura 7: Distribuição mensal do abate de bovinos para autoconsumo – Santa Catarina – período 2010/2019



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados da Cidasc.

Segundo Menasche, Marques e Zanetti (2008), as escolhas alimentares que os agricultores fazem são perpassadas por aspectos simbólicos, sendo as “comidas de festa” consideradas particularmente emblemáticas nesse sentido. Embora as autoras, ao tratar desse tema, estejam se referindo mais especificamente às festas comunitárias, podemos extrapolar o raciocínio para o caso das festividades de final de ano, que costumam reunir grande parte da família, inclusive filhos ou outros membros que residem fora da propriedade rural. Nesse mesmo estudo, as autoras fazem menção à importância da carne, principalmente bovina, como um elemento que explicita a ruptura com uma época de carências mais acentuadas, em que o consumo desse alimento era pouco frequente. Se, por um lado, os relatos dos agricultores entrevistados remetem a um passado de escassez (“*porque nós, às vezes, esperava seis meses pra poder comer um churrasco, quando era convidado para um casamento, uma coisa assim, né*”), por outro, as falas em relação ao presente reforçam uma certa noção de fartura (“*aqui, ninguém sabe fazer comida sem um pedaço de carne*”).

Assim, os tradicionais almoços de família, no Natal ou ano novo, que em grande parte da região Sul normalmente têm como cardápio principal o churrasco, podem ser também uma forma de celebração do progresso material. Em razão disso, é comum que o agricultor escolha um ou mais animais a serem abatidos em tais ocasiões, os quais receberão alimentação e tratamento diferenciados ao longo dos meses antecedentes, para acelerar o ganho de peso.

Ainda em relação aos resultados apresentados na Figura 7, chama atenção o fato de abril ser o segundo principal mês em termos de abates, considerada a média dos dez anos, seguido por março.

Ao recorrer ao calendário, observou-se que, de 2010 a 2019, a Páscoa foi celebrada no mês de abril em oito ocasiões. Em quase todas elas, abril concentrou o segundo maior volume de abates do ano. Em 2013, quando a Páscoa foi celebrada no dia 31 de março, esse mês registrou o segundo maior volume de abates do ano (8,55%), atrás apenas de dezembro (13,56%). Abril, por sua vez, foi apenas o 8º nesse ranking, com 7,89% dos abates daquele ano. Da mesma forma, em 2016, quando a Páscoa foi celebrada no dia 27 de março, esse mês



registrou o segundo maior volume de abates do ano (9,55% do total), enquanto abril foi o mês com a menor participação no total de abates do ano (7,23%). A distribuição mensal do abate entre os anos de 2010 e 2019 é apresentada na tabela 2.

Tabela 2: Distribuição mensal do abate de bovinos para autoconsumo – Santa Catarina – 2010/2019

Mês	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Janeiro	7,42%	7,74%	7,89%	7,83%	8,19%	8,07%	8,40%	8,09%	7,87%	8,48%
Fevereiro	7,08%	7,66%	7,60%	6,97%	7,28%	7,49%	8,09%	7,00%	6,85%	7,41%
Março	8,28%	7,71%	8,11%	8,55%	7,71%	8,55%	9,22%	7,82%	8,02%	7,58%
Abril	8,46%	9,76%	9,96%	7,89%	9,25%	8,59%	7,23%	8,56%	7,54%	9,66%
Mai	7,75%	7,95%	8,70%	8,02%	7,44%	7,71%	8,04%	8,70%	7,81%	8,17%
Junho	7,79%	7,49%	7,69%	7,46%	7,05%	7,67%	7,68%	7,23%	7,47%	7,80%
Julho	8,27%	7,47%	7,45%	8,17%	8,20%	7,83%	7,71%	7,89%	8,91%	8,64%
Agosto	8,15%	7,57%	7,56%	8,11%	7,81%	7,57%	8,04%	8,31%	8,59%	8,20%
Setembro	7,92%	7,09%	7,28%	7,98%	7,99%	7,92%	7,92%	7,66%	7,80%	8,33%
Outubro	7,52%	7,44%	7,45%	8,18%	7,90%	7,32%	7,24%	8,08%	8,13%	7,94%
Novembro	7,58%	7,78%	7,38%	7,29%	7,56%	7,85%	7,72%	7,76%	8,12%	7,31%
Dezembro	13,76%	14,34%	12,94%	13,56%	13,60%	13,42%	12,71%	12,89%	12,90%	10,49%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados da Cidasc.

Assim como o Natal, a Páscoa também se caracteriza por ser, tradicionalmente, uma celebração em família. Além disso, na tradição da Igreja Católica, a Sexta-Feira Santa é um dia reservado para a prática da abstinência, que se opõe ao consumo de carne nessa data. Por outro lado, o domingo de Páscoa é, de certa forma, um “retorno da fartura” (simbólica e prática), muitas vezes caracterizada por almoços fartos, tendo o churrasco como um dos pratos principais, em especial no meio rural da região Sul do Brasil.

Embora não seja possível afirmar de forma conclusiva, os dados anteriores nos sugerem uma relação entre a celebração da Páscoa e o abate de bovinos para autoconsumo.

Conforme evidenciam os dados apresentados na tabela 1, em 2019 houve uma queda de 2,52% em relação ao ano anterior no número de bovinos destinados ao autoconsumo. Grande parte dessa diferença concentra-se nos três últimos meses do ano, em especial dezembro, quando foram abatidos 2,6 mil bovinos a menos que no mesmo mês de 2018. Com isso, dezembro respondeu por 10,49% dos abates de 2019, menor índice para esse mês nos dez anos analisados no presente estudo (Tabela 2).

Uma explicação para essa queda parece estar na significativa elevação nos preços da carne bovina e, por consequência, do animal vivo, observada no último trimestre de 2019, conforme já mencionado anteriormente. De acordo com diversos autores (como GARCIA JUNIOR, 1983, 1989; e HEREDIA, 1979; *apud* GRISA; SCHNEIDER; CONTERATO, 2013), uma das importantes marcas da produção para o autoconsumo é a diversidade, que consiste na característica de possibilitar tanto o consumo como a transformação dos produtos em valores de troca, conforme a demanda da família, as condições de preço, a perecibilidade, entre outros.

É provável que esse tenha sido o fator presente no caso mencionado, levando parte dos agricultores a optar pela venda dos bovinos prontos para abate, visto que os preços se encontravam bastante compensatórios, com altas de até 36% em relação ao ano anterior, em algumas regiões (GIEHL, 2020).



Essa perspectiva é reforçada por Fontoura (2012), que afirma que, no caso dos pecuaristas familiares, a produção para o autoconsumo e a venda de parte da produção de gado em momentos que o mercado se apresente favorável ou que haja necessidade de entrada de recursos financeiros para a família, consiste numa das principais estratégias de reprodução social desse segmento.

4. Considerações finais

Embora não tenha o mesmo destaque e reconhecimento que a produção de suínos e aves, a bovinocultura é uma das principais atividades econômicas presentes no meio rural catarinense, sendo responsável por 16,18% do VBP da agropecuária estadual, quando somados carne e leite. Ao analisar especificamente a produção de carne bovina, verifica-se uma forte presença de um segmento que tradicionalmente é ignorado nas análises do setor: o abate para autoconsumo.

Um exemplo da pouca atenção direcionada a esse segmento, que responde por 14,48% do valor anual da carne bovina produzida no estado, é a quase inexistência de estudos que tratem dessa temática, seja no âmbito nacional ou estadual. Quando muito, a produção de bovinos é abordada de forma breve e relativamente superficial em trabalhos que tratam do autoconsumo de forma mais ampla.

Não obstante sua relevância econômica, há outro fator que chama a atenção: a abrangência social dessa atividade. Conforme demonstraram os dados utilizados no presente estudo, em 2019 cerca de 51 mil produtores, distribuídos por quase todos os municípios catarinenses, realizaram abate de bovinos nas suas propriedades, com finalidade declarada de autoconsumo. Esse montante representa mais de ¼ dos estabelecimentos agropecuários do estado.

Apesar da reconhecida importância dessa atividade, verificou-se queda significativa no número de animais abatidos (-12,16%) ao longo do período analisado pelo presente estudo. Em 2010, o autoconsumo representava 17,70% do total de bovinos abatidos em Santa Catarina, índice que caiu para 13,52% em 2019. Uma das possíveis explicações para a queda mais acentuada observada no último ano (-2,52% em relação a 2018) é a expressiva elevação nos preços da carne bovina registrada ao longo do último trimestre de 2019, com altas de até 36% nos preços pagos ao produtor pelo boi gordo. Diante de preços extremamente atrativos, é provável que muitos produtores tenham optado por comercializar bovinos que, a priori, seriam destinados ao consumo na propriedade. É o que muitos autores denominam de “alternatividade”, uma das principais características da produção para o autoconsumo, podendo-se tanto direcionar os produtos para o consumo direto quanto para a comercialização, de acordo com uma série de fatores, dentre os quais a atratividade dos preços de mercado.

Há que se chamar a atenção, também, para o fato de que o principal pico de concentração dos abates para autoconsumo é o mês de dezembro (12,39% do total, na média dos dez anos analisados). Assim, levando-se em consideração que os maiores preços pagos pelos frigoríficos no pico de alta do último trimestre de 2019 foram registrados justamente em dezembro, corrobora-se a percepção apontada no parágrafo anterior, já que houve uma coincidência entre disponibilidade de animais prontos para abate e preços atrativos. Tal argumentação é reforçada por outro dado apresentado neste estudo: em 2019, registrou-se a menor participação do mês de dezembro no total de abates no período analisado (10,49%).

Em relação à distribuição ao longo do ano, além da concentração em dezembro, o presente estudo também permitiu identificar um incremento nos abates no final do primeiro quadrimestre do ano, nos meses de abril (9,02% dos animais abatidos de 2010 a 2019) e março (8,43%). Tais resultados nos levam a supor que há uma relação entre o abate para autoconsumo e os momentos



festivos ou de reunião familiar, como é o caso do Natal (dezembro) e da Páscoa (março ou abril).

No tocante a essas questões, Grisa (2007) destaca que a produção para consumo familiar está imbricada num complexo conjunto de elementos e relações objetivas e subjetivas, muito além da simples aversão ao mercado ou ao trabalho. Diversos autores, como Fontoura (2012), chamam atenção para o fato de que a produção para o autoconsumo apresenta uma série de determinantes e características, dentre os quais a “tradição” ou “costume” de produzir os próprios alimentos e os hábitos alimentares específicos daquele grupo social.

Em relação ao sexo dos animais, os dados demonstraram um predomínio no abate de machos. Tal situação era prevista, já que grande parte dos produtores retém as fêmeas para a obtenção de novas crias e/ou para a produção de leite. No caso de Santa Catarina, tendo em vista que parcela significativa do rebanho do estado tem aptidão leiteira, esse cenário era ainda mais esperado. Contudo, registrou-se um crescimento da participação de fêmeas no total de abates ao longo do período analisado, em especial a partir de 2013. Situação semelhante foi observada no caso dos abates realizados em estabelecimentos inspecionados, indicando que os dois processos podem ter alguma relação. Contudo, uma conclusão efetiva demanda novos estudos sobre os fatores que ocasionam tais resultados.

Outra conclusão do presente trabalho é que a idade de abate mais comum no caso do autoconsumo é de animais acima de 36 meses (38,63% em 2019). Para fins de comparação, em estabelecimentos inspecionados, a idade de abate mais comum dos animais de corte varia de 24 a 30 meses. Os dados deste estudo indicam que, possivelmente, grande parte dos bovinos acima de 36 meses abatidos para autoconsumo são decorrentes de “descarte”, ou seja, animais que anteriormente eram destinados a outras atividades (produção de leite, reprodução, tração).

Por outro lado, quase 1/3 dos abates são de animais jovens, com idade entre 13 e 24 meses (novilhos e novilhas). Nessa situação, enquadram-se os bovinos criados especificamente com a finalidade de autoconsumo. É comum que os animais nascidos num ano recebam um tratamento especial para ganho de peso rápido, de forma que sejam abatidos no ano seguinte. Ainda em relação à idade, chama atenção que quase 10% dos abates seja de animais até 12 meses, o que mereceria uma análise mais aprofundada.

Em termos de distribuição regional, há uma forte participação da mesorregião Oeste Catarinense, responsável por 67,74% dos abates realizados em 2019. Por um lado, é surpreendente que a região que concentra um pouco menos da metade do rebanho (47,40%), responda por mais de 2/3 dos abates para autoconsumo. Contudo, quando se leva em consideração as características fundiárias da região, bem como a forte presença da pecuária leiteira, torna-se mais fácil compreender essa situação. Vale destacar que a participação dessa mesorregião cresceu significativamente ao longo do período estudado.

Dentre outras coisas, o presente trabalho demonstrou a necessidade de estudos adicionais para aprofundar a compreensão da dinâmica dos abates para autoconsumo em Santa Catarina. Há que se analisar, por exemplo, a influência das flutuações nos preços e custos de produção do leite nesse processo.

Outra questão que merece análise mais aprofundada é quanto à eventual utilização da modalidade de abate para “consumo próprio”, prevista na legislação sanitária de Santa Catarina, para encobrir produção clandestina de carne bovina, destinada a finalidades comerciais. Por vezes, tal suspeição recai sobre o setor, embora a amplitude do problema não seja conhecida. Sem desconsiderar a importância desse debate, visto que a questão se constitui num problema de saúde pública, não foi objetivo do presente artigo fazer tal abordagem, remetendo-se esses questionamentos para análises complementares, que demandarão, inclusive, ferramentas metodológicas específicas.



De forma geral, é possível afirmar que o abate de bovinos para autoconsumo segue tendo grande relevância econômica e social no meio rural catarinense, não obstante a redução da participação relativa dessa modalidade no total de abates realizados no estado. Também ficou evidente que ela tem importância distinta nas diversas regiões do estado. Para além disso, os dados indicam uma forte significação simbólica e cultural dessa atividade que, contudo, não está “imune” aos ventos do mercado.

5. Referências bibliográficas

BAVARESCO, Paulo R. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2005.

BORTOLUZZO, Adriana B.; PEDRINOLA, Paola D.; MARTINS, Sérgio R. **Tempo ideal para abate de gado de corte via maximização do lucro**. São Paulo: Insper, 2011.

Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/working-papers/tempo-ideal-para-abate-de-gado-de-corte-via-maximizacao-do-lucro/>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

BRANDT, Marlon. **Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina**. 2012. 332 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. Florianópolis, 2012.

CUCCO, Diego de C. *et al.* Perfil dos bovinos abatidos pelos principais abatedouros/ frigoríficos do estado de Santa Catarina. In: Simpósio Internacional sobre Sistemas de Produção de Bovinos de Corte, II, 2015, Porto Alegre. **Anais...** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

EPAGRI/CEPA. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. **Preços Agrícolas Mensais**. Florianópolis: Epagri/Cepa. Disponível em: <<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/produtos/mercado-agricola/precos-agricolas-mensais-indice/>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

FONTOURA, Andréia F. da. **A produção para autoconsumo: características e importância para os sistemas de produção de pecuária familiar da fronteira oeste do RS**. 2012. 152f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. 287f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GIEHL, Alexandre L. **Cálculo do Valor Bruto da Produção de carnes em Santa Catarina (2018)**. Relatório de projeto – Epagri. Não publicado, 2018.

GIEHL, Alexandre L.; MONDARDO, Marcia. Caracterização e dinâmica do abate de bovinos em Santa Catarina (2013/2018). In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 57º, 2019, Ilhéus, BA. **Anais...** [...]. Brasília: SOBER, 2019.

GIEHL, Alexandre L.; GUGEL, Jurandi T.; MONDARDO, Marcia; MARCONDES, Tabajara. Participação da agricultura familiar na produção de bovinos em Santa Catarina. In: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 8º, 2018, Florianópolis. **Anais...** [...]. Florianópolis: UFSC, 2019. p. 1.840-1.854.

GIEHL, Alexandre L. Carne bovina. In: **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2018-2019**. V. 1 – Florianópolis: Epagri, 2020.



GRISA, Cátia. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar: um estudo comparativo no Rio Grande do Sul. In: **Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 2, São Carlos, SP, 2008.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio; CONTERATO, Marcelo A. **A Produção para Autoconsumo no Brasil**: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatorio_pesquisa/130328_relatorio_producao_autoconsumo>. Acesso em: 30 mar. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 20 out. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

JACQUES, Aino V.A. Potencial das pastagens naturais nos campos serranos. In: PINTO, Cassiano Eduardo *et al.* (Org.). **Pecuária de corte**: Vocação e inovação para o desenvolvimento catarinense. Florianópolis: Epagri, 2016. p. 48-65.

LOVISOLO, Hugo R. **Terra, trabalho e capital**: produção familiar e acumulação. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP)**. 2019. Disponível em: <www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MARCONDES, Tabajara. Leite. In: **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2017-2018**. V. 1 – Florianópolis: Epagri/Cepa, 2018.

MATHIAS, João F.C.M. A clandestinidade na produção de carne bovina no Brasil. In: **Revista de Política Agrícola**, ano XVII, n. 1, Jan./Fev./Mar. 2008. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/viewFile/424/375>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia C.; ZANETTI, Cândida. Autoconsumo e seguranç a alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. In: **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, supl. p. 145-158, ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732008000700013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 abr. 2020.

MIRANDA, S lvia; ZEN, Sérgio de. (coord.). **Estudo sobre abate não fiscalizado no setor da pecuária de corte na região amazônica**. Piracicaba: Cepea – Esalq/USP, 2019. Disponível em: <<https://www.amigosdaterra.org.br/wp-content/uploads/2019/03/estudoabatenaofiscalizado.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

SANTOS, Osvaldo V.; MARCONDES, Tabajara; CORDEIRO, João L.F. **Estudo da cadeia do leite em Santa Catarina**: Prospecção e demandas. Florianópolis: Epagri, 2006. 55p.

TORESAN, Luiz; PADRÃO, Gláucia A.; GOULART JUNIOR, Rogério; ALVES, João R.; MONDARDO, Marcia. **Indicadores de desempenho da agropecuária e do agronegócio de Santa Catarina**: 2018 e 2019. Florianópolis, SC: Epagri, 2019. 67p. (Boletim Técnico, n  191).



WEDEKIN, Ivan. **Economia da pecuária de corte: fundamentos e o ciclo de preços.** São Paulo: Wedekin Consultores, 2017.

ZENI, Elton. **Caracterização da cadeia produtiva da pecuária bovina de corte no estado de Santa Catarina.** 2001. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Centro Tecnológico, UFSC, Florianópolis, 2001.